

## EDITORIAL

**É** com grande satisfação que, neste novo ano, novo século e novo milênio, apresentamos aos nossos leitores da *Revista Avaliação* mais um número da Separata do Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior (CIPEDS)—um centro autônomo dedicado a compreender a Universidade a partir das reflexões de estudiosos do assunto, oriundos dos diversos campos do conhecimento e de diferentes nacionalidades.

Ao iniciarmos o quarto ano de atividades e publicarmos o décimo segundo número da Separata, duas constatações parecem evidentes: primeiro, que a perspectiva internacional adotada como ponto de partida do CIPEDS para compreender a instituição universitária mostra-se fundamental à medida que se desvelam as inter-relações das elites internacionais. O histórico mimetismo auto-reprodutor dos países periféricos e o fantástico poder de cooptação e controle de organismos internacionais a serviço do grande capital tornam cada vez mais evidente o papel meramente instrumental que é reservado à nossa educação superior. O “sapede aude” (ousar saber), ou a busca autônoma e desinteressada da verdade, da beleza e da justiça tornaram-se sonhos de nefelibatas neste universo empresarial utilitarista, eficientista, imediatista e economicista; segundo, a perspectiva comparativa nos mostra que o Brasil não está só em sua quase permanente crise institucional, em sua dificuldade de conceber o modelo de universidade que deseja e em sua manifesta incapacidade de definir afinal de contas qual o grau de esforço público que deve dedicar à consolidação ou ao desmantelamento de seus sistemas de educação superior. Se por um lado a perspectiva comparativa nos mostra que não estamos a sós com as nossas dificuldades, por outro ela mostra que diferentes nações têm, por vezes, seguido estratégias de enfrentamento bastante diferenciadas, sugerindo ou mesmo afirmando possibilidades de re-avaliação das decisões tomadas e de correção de rumos. As opções diferenciadas, em países centrais e periféricos, parecem nos mostrar que a crise da universidade longe de ser uma questão técnica que pode ser desfeita ou refeita com mais e novas técnicas, é uma questão essencialmente político-ideológica e que, portanto, só pode ser desfeita ou refeita na arena de conflitos dos diversos grupos de interesse. Só este espaço de tensão poderá nos dizer afinal quais são os interesses que em determinado momento histórico devem prevalecer, quais são interesses que efetivamente sustentam o Estado democrático, com justiça para todos, e quais são os interesses que se prestam para preservar privilégios e defender oligarquias.

Os três artigos que compõem este número do CIPEDS têm muito a contribuir para esta discussão. A Professora Ângela Siqueira, da Universidade Federal Fluminense, discute o documento conjunto do Banco Mundial e da UNESCO, alertando, entre outros, para o fato de

que, embora conjunto, o documento mostra estilo, filosofia e tendências de abordagem muito mais próximas dos textos já conhecidos do Banco Mundial do que dos textos recentes produzidos pela UNESCO. Cabe, pois, a pergunta: quais foram as forças e os interesses que construíram o documento conjunto? Ou ainda: O que está ocorrendo com a UNESCO?

O texto de Luis Yarzabal, atualmente presidente do ILAEDS, por sua vez, discute os impactos do neo-liberalismo sobre a educação superior latino-americana. O seu texto revela que a lógica funcionalista associada às ditaduras militares, com o estímulo direto dos EEUU, prepararam o terreno para o modelo neo-liberal de sociedade, gerando universidades elitistas e a serviço da construção do que denomina de “democracias oligárquicas”. A educação superior latino-americana, portanto, segue à risca a cartilha neo-liberal: diversificação significativa do sistema, aumento da participação do setor privado, redução dos gastos públicos, busca de fontes alternativas de financiamento, atrelamento crescente ao setor produtivo, etc. Yarzabal é enfático ao afirmar que tal sistema além de não melhorar a capacidade instalada na região, nada fez para inibir o processo de evasão de cérebros. Em seus comentários finais, Yarzabal propõe que se organize, com urgência, um processo de transformação radical da educação superior, objetivando “deter a sua instrumentalização por parte do modelo neoliberal e colocá-la em condições de contribuir para a formação e a implementação de uma estratégia alternativa de desenvolvimento humano”.

Por fim, o texto de Marcela Mollis, professora da Universidade de Buenos Aires, discute a privatização da educação superior, tomando como perspectiva o exemplo argentino. Mollis destaca que também na Argentina predomina hoje o que denomina de mercadotecnia—política segundo a qual a visão social democrata deve ser substituída pelas políticas de mercado e pela cultura empresarial. O diagnóstico que faz das reformas na educação superior da Argentina parecem corroborar na íntegra o que afirma Yarzabal: prejuízo às tradições acadêmicas e ao avanço das artes e das ciências; redução da pós-graduação nas áreas básicas e aplicadas; proliferação desenfreada de mestrados profissionalizantes; desprestígio da universidade pública; tendência privatizante; e transferência da formação da elite dirigente para universidades de prestígio nos EEUU.

Diante deste quadro, com a crescente dificuldade e as crises cada vez mais agudas que vive a educação superior latino-americana, somos quase tentados a repetir a desesperança expressa no texto de Mollis quando diz que “se ha naturalizado la imposibilidad de cambiar”. Temos, no entanto, a esperança de que a discussão que aqui propomos possa ser bem mais do que um mero exercício acadêmico.

*Dilvo I. Ristoff*  
Coordenador Editorial